

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 27
SÉRIE 3 – IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

*METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL*

*Virgínia Pontual, Sílvio Zancheti, Anna Elizabeth Lago, Flaviana Lira, Magna Milfont,
Mônica Harchambois, Renata Cabral, Rosane Piccolo*

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
Olinda 2008



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Juliana Barreto, Diretor
Flaviana Lira, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro
Fernando Diniz Moreira
Virginia Pitta Pontual

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Vera Milet Pinheiro, Presidente
Natália Vieira
Norma Lacerda

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont
Rosane Piccolo

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda – PE
53020-130 – Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Virgínia Pontual, Sílvio Zancheti, Anna Elizabeth Lago, Flaviana Lira, Magna Milfont, Mônica Harchambois, Renata Cabral, Rosane Piccolo

Título: METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural

Local e ano de publicação: Olinda, 2008

ISSN: 1980-8267

METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Virgínia Pontual, Sílvio Zancheti, Anna Elizabeth Lago, Flaviana Lira, Magna Milfont, Mônica Harchambois, Renata Cabral, Rosane Piccolo

Resumo

O presente texto apresenta e discute uma metodologia de identificação e autenticação do patrimônio cultural, construído a partir de experiências diversas, realizadas no âmbito do Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Neste artigo algumas questões deverão ser respondidas: Como proceder a essa identificação e autenticação? Como conferir valor a um patrimônio cultural? Essas são indagações cujas respostas existentes não são satisfatórias, principalmente por não darem relevância à história e às dimensões social, econômica e cultural das cidades.

Palavras chave: patrimônio cultural, identificação, autenticação.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural no Brasil é comumente apresentado sem a devida identificação e autenticação, seja quanto à sua dimensão material, seja quanto à imaterial. Na atualidade, evidencia-se o crescente interesse pelo conhecimento do patrimônio cultural como um ato de rememoração de outras experiências vivenciadas, mas as instituições governamentais têm se mantido apenas na ação de classificação e salvaguarda desse patrimônio.

A lacuna da identificação histórica é problemática, pois é a história que pode revelar a cultura de um lugar e os significados expressos ao longo dos séculos. Identidade que está intimamente ligada à memória, cujo vínculo com o presente se dá por meio da interpretação constante do passado. O processo de conferir valor e de certificar a autenticidade e integridade do patrimônio cultural está também a carecer de estudos e pesquisas. Um patrimônio cultural tombado permanece no bojo das transformações próprias das materialidades, principalmente quando está localizado em cidades. Assim, a falta de um constante acompanhamento é outra lacuna presente nas práticas de classificação e salvaguarda do patrimônio cultural, especialmente no Brasil.

Como proceder a essa identificação e autenticação? Como conferir valor a um patrimônio cultural? Essas são indagações cujas respostas existentes não são satisfatórias, principalmente por não darem relevância à história e às dimensões social, econômica e cultural das cidades.

Dentre as metodologias existentes que convergem para a problemática citada, a do planejamento interpretativo é uma referência. Ela permite identificar o patrimônio cultural, mas não a associação de uma valoração com base em critérios científicos.

O presente texto propõe-se a contribuir para a supressão dessa lacuna, ao apresentar um método de interpretação do patrimônio cultural, construído a partir de

experiências diversas, realizadas no âmbito do Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Cabe ressaltar que a elaboração desta metodologia foi possível mediante pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de contratos realizados com o Governo do Estado de Pernambuco, por meio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA) e o Programa MONUMENTA-MINC/UNESCO. Os contratos destinaram-se à realização dos respectivos projetos: “Istmo de Olinda-Recife: história, identidade e memória” e “Divulgação Turística do Pátio de São Pedro dos Clérigos.”¹

A apresentação da metodologia de identificação e autenticação do patrimônio cultural segue um encadeamento expositivo que permite compreender a sua construção. Assim, inicia-se a exposição com a indicação das principais etapas seguidas para a sua elaboração, segue-se a explicação de cada etapa, estando indicadas às referências que nortearam as escolhas dos passos metodológicos, a apresentação do conteúdo dos métodos adotados e a aplicação nos casos estudados. A última parte consta da avaliação da aplicação dos procedimentos metodológicos.

1. Principais etapas seguidas para a elaboração da metodologia

As principais etapas executadas nesta pesquisa visando à construção de uma metodologia de identificação e autenticação do patrimônio cultural foram:

- i) O estudo conceitual e metodológico realizado a partir dos métodos histórico, de história oral e do planejamento interpretativo;
- ii) O estudo crítico dos procedimentos adotados pelas instituições responsáveis pela classificação e tombamento do patrimônio cultural;
- iii) A definição dos passos metodológicos que dessem conta da identificação e da autenticação do patrimônio cultural, à luz das teorias da conservação integrada;
- iv) A aplicação desses procedimentos no istmo de Olinda e Recife e nas procissões, igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José;
- v) A avaliação dos resultados obtidos na aplicação dos procedimentos metodológicos.

Essas etapas estão detalhadas a seguir.

1.1. O estudo conceitual e metodológico realizado sobre o método histórico partiu dos autores e obras bibliográficas a seguir relacionadas. Os resultados desse estudo estão apresentados no Anexo A.1.

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹ Os produtos desses dois projetos podem ser vistos no portal: www.ceci-br.org.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- -----, *História e memória*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

1.2. O estudo conceitual e metodológico realizado sobre o método de história oral considerou os autores e as obras bibliográficas abaixo relacionadas. Os resultados desse estudo estão apresentados no Anexo A.2.

- BAIRON, Sérgio. *Interdisciplinaridade: educação, história da cultura e hipermídia*. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- BAKHTINE, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1985.
- FERNANDES, A. T. de C. *Memórias de ofícios: história dos artesãos em São Paulo*. 1997. 221p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jaques, e ots. *A nova história oral*, Lisboa: Edições 70, 1983.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Projeto História: História e Cultura). São Paulo, n.10, dez.1993.
- PRINS, Gwin. *História Oral*. In: BURK, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo : Editora UNESP, 1992, p.192.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Projeto História: Cultura e Representação) São Paulo, n. 14, fev.1997, p. 25-39.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3ª ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1995.

1.3. Para o estudo do planejamento interpretativo, foram considerados os autores e as obras bibliográficas a seguir citadas. Os resultados desse estudo estão apresentados no Anexo A.3.

- APLIN, Graeme. *Heritage: identification, conservation and management*. Oxford University Press, 2002.
- FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. *História Oral, Memória e Turismo Cultural*. In Revista do Patrimônio.
- GOODEY, Brian; MURTA, Stela Maris. *Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.
- GOODEY, Brian. *Interpretação e comunidade local*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.
- GOODEY, Brian. *Olhar Múltiplo na Interpretação de Lugares*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.
- MIRANDA, Jorge Morales. *O Processo de Comunicação na Interpretação*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.
- MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasilis, 2002.

1.4. O estudo crítico dos procedimentos adotados pelas instituições responsáveis pela classificação e tombamento do patrimônio cultural considerou os autores e obras a seguir relacionadas.

Esse estudo foi complementado pelo de algumas Cartas Patrimoniais e de Turismo. A escolha das cartas foi orientada pela possibilidade de complementá-las ou confrontá-las com o arcabouço metodológico do planejamento interpretativo. Os resultados desse estudo estão apresentados nos Anexos A.4 e A.5.

- APLIN, Graeme. *Heritage: identification, conservation and management*. Oxford University Press, 2002. CASTRO, Sonia Rabello. *O Estado na Preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: renovar, 1991.
- Cartas de Burra (1999), de Veneza (1964) e de Nara (1994).
- Carta de Turismo Cultural (1976) e a Carta Internacional do Turismo Cultural – administrando o turismo nos lugares de significado patrimonial (1999).
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*; tradução de Luciano Vieira Machado - São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2000.
- FONSECA, Marília Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – MINC - IPHAN, 1997.
- ZANCHETI, S.M. ; JOKILEHTO, J. (ORG.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. CECI- Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

2. A definição dos passos metodológicos que dessem conta da identificação e autenticação do patrimônio cultural, à luz das teorias da conservação integrada.

Para a definição dos passos metodológicos, foram considerados como contribuições ou entradas teórico-metodológicas os aportes da história, da história oral, do planejamento interpretativo, assim como as cartas patrimoniais e de turismo citadas. As teorias de conservação, principal escopo teórico para a definição dos passos metodológicos de identificação e autenticação do patrimônio cultural, estão contidas no livro *Gestão do patrimônio cultural integrado*, organizado por Zancheti (2002) e publicado pela editora da UFPE, que apresenta um conjunto completo e suficiente de conceitos e teorias relativas a esse campo disciplinar.

Em seguida, foi adotada uma definição da noção de interpretação de um bem cultural, como: idéias e representações que acrescentam valor à experiência de quem vivencia o bem, seja direta (por meio de visita ou contato direto), seja indiretamente (por meio de qualquer meio de comunicação, em especial aqueles produzidos com o fim de comunicar uma mensagem e sentido). Tal noção pode ser desdobrada nos seguintes objetivos interpretativos:

- Fabricar um sentido ou narrá-lo;
- Comunicar uma mensagem que produza um efeito que perdure nos visitantes para além da visita;
- Representar o bem em meios de comunicação, de modo a provocar emoção, aumentar o vínculo afetivo e criar um cenário ou figuração.

Os objetos considerados para a definição dos passos metodológicos são os bens culturais materiais, especialmente - os sítios históricos. Cabe ainda precisar que no âmbito da presente proposta metodológica estão consideradas apenas as dimensões da identificação e autenticação do bem cultural. Não houve a intenção de tratar das dimensões relativas às propostas de infra-estrutura interpretativa, de gestão, promoção e captação de recursos para a implantação da infra-estrutura e de implantação da infra-estrutura - as quais pode ser objeto de outros trabalhos.

As dimensões da identificação e da autenticação requerem a adoção de passos metodológicos distintos, com distintas técnicas de pesquisa, conforme será apresentado a seguir.

2.1.1. Identificação do patrimônio cultural

A identificação de um bem cultural requer a adoção dos seguintes métodos: histórico, história oral, leitura da forma urbana, levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e urbano-arquitetônico. Esses estão considerados no que cabe ao conhecimento de um objeto material e, em especial, quanto aos atributos físico-espaciais (naturais, paisagísticos, urbanos e arquitetônicos) e funcionais. Os três últimos, procedimentos de pesquisa, consistem em trabalhos a ser realizados diretamente no lugar, de modo a se conhecer com sistematicidade o bem no presente. A aplicação desses métodos deve considerar a natureza do bem e os objetivos do trabalho, podendo ser aplicados no seu conjunto ou ser escolhido um ou mais.

Adotadas esses pressupostos de delimitação do objeto, pode-se dizer que o primeiro passo é o conhecimento preliminar do patrimônio cultural por meio de uma visita e de leituras de fontes secundárias. Tal conhecimento perceptivo e bibliográfico permite iniciar o registro do conhecimento (listagem dos bens ou dos elementos componentes do bem) e a definição de indexadores.

A pesquisa histórica consiste na visita aos acervos e arquivos locais e nacionais; assim como aos acervos virtuais, para o levantamento e registro das fontes primárias – manuscritas, impressas, bibliográficas e iconográficas (mapas, cartas, desenhos, planos, fotos, gravuras, pinturas) – relacionadas com o objeto de investigação. À medida que as informações forem sendo levantadas, elas devem ser registradas em fichas próprias e em pastas temáticas específicas, em meio digital. Essa atividade de levantamento deve ser concomitante com a verificação de consistência das fontes e o estabelecimento de hipóteses de investigação e análise. O movimento de inter-relação entre as atividades de levantamento e registro das fontes, verificação de consistência e estabelecimento de hipóteses vem a exigir, em continuidade, o relacionamento das fontes primárias e secundárias, bem como a identificação das chaves temáticas e dos argumentos que conformem uma narrativa. A descoberta de temas proporcionada pelas fontes permite definir o que confere caráter único àquele lugar, como personagens, lendas, ambiente natural, escolha locacional, fatores socioeconômicos, ocupação e uso do solo e arquitetura.

Cabe destacar os procedimentos específicos para a análise da cartografia histórica, em virtude de sua importância para o entendimento das transformações da forma urbana. A análise consiste nos seguintes passos:

- a) Análise individual de cada mapa selecionado segundo as categorias morfológicas adotadas (malha, ruas, quadras, lotes, edificações);
- b) Complementação analítica e/ou correlacionamento com as fontes históricas manuscritas e bibliográficas;
- c) Análise comparativa e seqüencial entre os mapas adotados com a identificação das principais características morfológicas.

A estrutura expositiva não é idêntica ao percurso da investigação, sendo, portanto necessário ter um conhecimento substantivo das fontes e dos objetivos do trabalho para definir a estrutura da narrativa.

A pesquisa de história oral consiste na coleta e análise de entrevistas e depoimentos. Esses são os seus principais instrumentos de investigação, consistindo da:

- Definição das palavras-chaves para a entrevista com os grupos focais (essas palavras podem ser fornecidas pelo acervo documental anteriormente levantado);
- Identificação e definição de grupos focais (por exemplo: intelectuais, comunidades, usuários, turistas, população, empresários, funcionários públicos, etc);
- Elaboração de perguntas centrais, conforme o objeto de estudo ou bem cultural, de modo a serem apreendidos os sentidos e registros de memória e os valores dos grupos focais.
- Elaboração de uma ficha de identificação do entrevistado, na qual serão registrados os dados pessoais e de um questionário, ordenando as perguntas centrais;
- Realização da entrevista segundo duas modalidades: uma flexível, de modo a fazer com que o entrevistado fale de suas vivências relativas ao bem cultural; a outra, utilizando questionário, ambas registradas por meio de gravador.

A leitura da forma urbana e o levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e urbano-arquitetônico estão referenciados nas teorias morfotipológicas, cujos principais autores considerados são:

- AYMÓNINO, C. *O significado das cidades*. Lisboa : Editorial Presença, 1984.
- CANIGGIA, G., MAFFEI, G. L. *Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura della edilizia di base*. Venezia, Marsilio Editori, 1995.

Eles estão referenciados nos aportes teórico-metodológicos formulados pelos seguintes autores:

- DEL RIO, V. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo : Pini, 1990.
- KOLSDORF, M. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2006.
- PEREIRA, L. V. *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planejamento / ação da sua reabilitação*. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1996.

A forma urbana é lida a partir dos seguintes elementos de sua estrutura urbano-ambiental: estrutura física e estrutura ativa. Essas estruturas são percebidas por meio das variáveis a seguir listadas, estando apresentado o esquema de leitura no Anexo A.6:

- **Estrutura física:** estrutura geofísica, hidrográfica e vegetal, além da malha urbana – seus traçados, suas linhas de força de ocupação (vetores de crescimento), suas orientações dominantes e sua geometria, e ainda os formatos das quadras e lotes, a tipologia construtiva e a relação entre cheios e vazios, espaços públicos lineares e não-lineares.

- **Estrutura ativa:** atividades existentes - abrigadas ou não em espaços construídos, incluindo-se as atividades excepcionais, como as festas.

O levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e urbano-arquitetônico estão ordenados a partir dos elementos: naturais, construídos, morfologia da paisagem, estado de conservação e tipologia edilícia. A análise de tais bens em campo deve ainda indicar que valor pode ser atribuído ao bem, de modo a auxiliar em uma outra etapa a definição do valor que o mesmo possui. As fichas de campo relativas a esse levantamento estão apresentadas no Anexo A.7.

A correlação das fontes históricas e dos elementos morfotipológicos com os modelos e estilos artísticos, arquitetônicos e urbanísticos eruditos é uma atividade importante da identificação, pois possibilita avaliar as influências e mutações.

Ao longo do percurso da realização de cada uma dessas pesquisas (atividades analíticas), é necessário definir momentos de sínteses, que podem redefinir as chaves temáticas e os argumentos estabelecidos na pesquisa histórica. Cabe notar que a seqüência de realização das pesquisas, à exceção da relativa ao conhecimento prévio, pode ser definida caso a caso. E mais, pode haver situações em que algumas serão realizadas paralelamente, como, por exemplo, a pesquisa histórica com a de leitura da forma urbana.

A interpretação, fundamentada nas noções de espacialidades e temporalidades, deve resultar:

- Na identificação do que confere caráter único àquele lugar, como personagens, lendas, ambiente natural, escolha locacional, fatores socioeconômicos, ocupação e uso do solo e arquitetura, como também o que é similar a outros lugares;
- Na escolha de uma idéia-chave ou de uma representação do bem, a qual norteie a construção da narrativa;
- Na definição da autenticidade e integridade do patrimônio cultural.

Para essa definição, é necessário que a pesquisa histórica e a leitura da forma urbana e/ou o levantamento paisagístico e urbano-arquitetônico devem estar concluídos. E mais, é imprescindível a definição de um marco temporal que possibilite a realização da avaliação entre o passado e o presente dos elementos componentes do patrimônio cultural em estudo, isto é, tal avaliação requer uma análise comparativa da situação do patrimônio hoje e no passado. Mas qual passado? Aquele que dispõe de documentação (dossiê, inventário, fotos, etc.) consistente, que possibilite a confrontação do desenho, função, material de construção e entorno, conforme preceitua a UNESCO.

A apresentação das duas últimas etapas relacionadas nesse item está detalhada no item 3, por consistir nos resultados alcançados nas duas experiências previstas neste projetos, e na avaliação da metodologia.

2.1.2. Autenticação do patrimônio cultural

Os estudos para a definição dos passos metodológicos relativos à autenticação do patrimônio cultural basearam-se nos seguintes autores e obras, além das bibliografias referidas nos itens anteriores:

- BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2004.
- CONNOR, S. *Teoria e Valor Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- RIEGL, A. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid : Visor Dis. S.A., 1999.
- LACERDA, N. *Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas*. In ZANCHETI, S.M. ; JOKILEHTO, J. (ORG.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. CECI- Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- ZANCHETI, S.M. ; JOKILEHTO, J. (ORG.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. CECI- Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

A identificação de um bem reconhece os conteúdos históricos e formais de um patrimônio, porém é necessário o reconhecimento de seus valores (dimensão não-material), o que o torna um exemplar de importância insubstituível para uma sociedade.

“Lei natural necessária” é a expressão empregada por Riegl (1999) para fundamentar os critérios ou valores atribuídos ao “monumento”. O monumento, como era pensada a obra de arte em fins do século XIX, tinha de carregar a marca do tempo para obter determinados valores. Na escala temporal, a confrontação dos valores podia trazer dificuldades para contextualizá-los historicamente. Na atualidade, o monumento ultrapassa a materialidade da obra de arte e pode ser entendido como algo que incorpora valor, ideologia e mensagem e os transmite no tempo.

Segundo a Carta de Nara (1994), “a conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio”.

Além do monumento, o conceito freqüentemente empregado na atualidade é o de patrimônio cultural, que enquadra elementos naturais e culturais, como consta da Carta de Turismo (1999). O mesmo documento afirma que esses elementos possuem diferentes níveis de significados, “alguns possuem valor universal, outros nacional, regional ou local”.

A Conferência de Patrimônio Mundial (1972) afirma que “é parte de um esforço internacional na valorização de bens, que por sua importância para a referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos”. Entretanto, procedimentos e critérios claros e bem delineados para conferir valores de um patrimônio cultural estão ausentes de seus preceitos.

O processo de conferir valor e de certificar a autenticidade e integridade do patrimônio cultural está a carecer de estudos e pesquisas. Tal processo está denominado autenticação.

A importância do valor para o processo de autenticação situa-se na análise das práticas culturais materiais e imateriais que uma sociedade desenvolve em relação a um bem. Segundo Lacerda (2002), “os valores que devem ser considerados são aqueles que permanecem mais invariantes (...) são fortemente imbricados, de difícil delimitação, uma vez que não existem separadamente. Geralmente se complementam, se articulam, se sobrepõem”. Essas considerações apóiam a adoção dos valores formulados por Riegl (1999), para efeito da metodologia de autenticação. São eles: de antiguidade, histórico, artístico, rememorativo, de novidade e de uso.

A autenticidade está ligada ao fato de uma obra ser genuína, ser original. É um elemento essencial para o significado cultural, e isso está expresso nos materiais construtivos, na memória das pessoas e nas tradições intangíveis mantidas do passado. Sobre essa noção, a Carta de Nara (1994) dispõe que “o conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural como de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade”.

Assim, o estabelecimento de critérios para o reconhecimento da autenticidade do bem deve resultar de um processo crítico (Brandi, 2004) que considere a natureza específica dos valores patrimoniais de cada cultura e as alterações sofridas pelo bem ao longo do tempo. Tais alterações acabam sendo incorporadas à sua imagem (*patina of place*), não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de atribuição de valor e autenticidade em critérios fixos.

A noção de integridade, ligada à de autenticação, refere-se ao caráter de virtude não- corrompida, à combinação harmoniosa dos diferentes elementos (Jokilehto, 2002). Ainda nas palavras de Jokilehto (2002), a integridade pode referir-se à condição histórica do objeto, pois “mesmo uma ruína pode ter sua integridade histórica”. É uma noção igualmente também relativa e não-possível de ser aplicada com critérios invariáveis.

Esse processo é contínuo no tempo, isto é, diferentemente do processo de tombamento e de classificação que em um dado momento reconhece o valor, a autenticidade e a integridade de um patrimônio. Porém, as instituições responsáveis

pela salvaguarda não possuem, de um modo geral, um sistema de aferição da permanência do valor, da autenticação e da integridade, principalmente por não haver na sua estrutura técnica-funcional procedimentos permanentes de monitoramento e controle. Desse modo, estudos sobre sistemas de monitoramento e controle da autenticidade e integridade devem ser feitos em outros estudos.

Bens já tombados e classificados devem sofrer um processo de monitoramento e controle que permita confirmar a manutenção da autenticidade e integridade do patrimônio. Para assegurar a lisura do processo, é importante que a instituição que tenha a competência de salvaguarda não seja a mesma que realize a autenticação daqueles bens já tombados ou classificados.

Para elaborar a autenticação de um patrimônio cultural, a identificação deve ter sido concluída, pois é a interpretação que fornece os elementos ordenados e sistematizados, assim como atestam a autenticidade e a integridade. Porém, para ter reduzida a carga de subjetividade na atribuição de valor, deve ser procedida de consultas a diversos segmentos que direta e indiretamente conhecem ou estão envolvidos com o patrimônio: comunidade, especialistas, instituições de salvaguarda, etc. Cabe aqui destacar a importância da participação social no processo de autenticação. Parte-se do pressuposto de que as pessoas que cresceram e vivem em um dado lugar detêm sobre ele um conhecimento profundo, enraizado. A interação dos diversos segmentos sociais é um modo de perceber significados culturalmente construídos. Tal processo terá maior consistência e legitimidade quanto mais formal, ou repetitivo, e com o emprego de técnicas de consulta, a exemplo do método Delphos, for realizado.

Verificada a autenticidade e a integridade (na etapa de identificação) e atribuídos os valores do patrimônio cultural, a instituição que certifica, caso não seja a mesma que garante a salvaguarda, deve submeter o dossiê de identificação e valoração a essas instituições a fim de receber a anuência do parecer. Entretanto, pode-se prever que uma outra instituição forneça a autenticação. Nesse caso, tal instituição deve ter sido reconhecida por organismos normatizadores (p.e: ABNT, ISO, etc.) como competente para certificar a autenticidade e a integridade do patrimônio cultural.

3. Apresentação dos principais resultados: aplicação dos procedimentos metodológicos de identificação no istmo de Olinda e Recife e nos percursos, igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José.

A pesquisa relativa ao auxílio à pesquisa objetivou a elaboração de uma metodologia de identificação e autenticação do patrimônio cultural. Nos itens anteriores, foram apresentados os fundamentos e estabelecidos passos metodológicos a ser verificados. Para tanto, foram estabelecidos no projeto os seguintes objetos de verificação de consistência e pertinência dos passos estabelecidos: as igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José e o istmo de Olinda e Recife. A aplicação dos passos metodológicos possibilitou, ainda, a elaboração de artigos científicos apresentados em eventos nacionais e internacionais, constantes do Anexo B.1.

3.1. Apresentação dos principais resultados: o istmo de Olinda e Recife

A aplicação dos passos metodológicos foi realizada como um projeto específico. Cabe igualmente registrar que esse estudo contou também com o apoio do Governo do Estado de Pernambuco, por meio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), cujos produtos foram um *website* e um folder. Esses meios de comunicação ampliam o acesso aos resultados da pesquisa. Os artigos produzidos constam do Anexo B.1.

O projeto - “Istmo de Olinda-Recife: história, identidade e memória” - teve como substrato as seguintes pesquisas:

- Pesquisa histórica nos acervos das cidades de Recife e Olinda, de modo a revelar atributos histórico-culturais até então esquecidos sobre o istmo;
- Pesquisa de história oral, para identificar a memória do lugar contida em relatos e depoimentos;
- Pesquisa de campo para conhecimento da atual ocupação do solo e paisagens naturais e construídas.

Tais pesquisas possibilitaram a interpretação e a construção da narrativa do passado e do presente do Istmo de Olinda e Recife. Essa narrativa foi traduzida e compatibilizada com a linguagem virtual, com a produção de um texto literário próprio e de um projeto gráfico, ou seja, com a produção de um hipertexto. Tais conteúdos formaram a base do projeto do *website*, cujo produto pode ser verificado no *site*: www.ceci-br.org/istmo.

• **Preparação para a aplicação dos passos metodológicos**

A partir do conhecimento preliminar e prévio do início da pesquisa, foi estabelecida a área objeto de estudo no mapa-base adotado, intitulado UNIBASE. A definição dessa área é checada à medida que os passos metodológicos são realizados. Essa preparação pode consistir ainda de: formação de equipe, nivelamento do conhecimento dos membros da equipe, definição de atividades, etc.

• **Pesquisa histórica e de história oral**

A estratégia de pesquisa concentrou-se, primeiramente, no levantamento histórico, que consistiu na identificação e registro de fontes primárias e secundárias, destacando, respectivamente, a iconografia e os escritos impressos da época, além das bibliografias e fotografias atuais. A investigação das referidas fontes foi guiada pelo delineamento do tempo histórico de longa duração, assim compartimentado: o levantamento documental entre os séculos XVI – XIX, e o levantamento documental entre os séculos XX e XXI.

O levantamento entre os séculos XVI – XIX consistiu em fontes bibliográficas, impressos históricos de viajantes, crônicas e diários de guerras, além da iconografia sobre o Istmo de Olinda e Recife, desde o início da fixação portuguesa até a consolidação das principais estruturas urbanas das cidades nos oitocentos.

O levantamento documental entre os séculos XX e XXI centrou-se em fontes bibliográficas de folcloristas, jornais, revistas, relatórios de engenheiros, legislação de proteção, além da iconografia da época, que trata das reformas do porto do Recife iniciadas no começo do século XX, alcançando a reforma da Base Naval do Recife na década de 1950 e os polígonos de tombamento.

O levantamento das fontes históricas dos dois recortes temporais foi realizado nas seguintes bibliotecas e arquivos das cidades de Olinda e Recife: Biblioteca Blanche

Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco; Arquivo Público Estadual; Arquivo e Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-5ª SR); Museu do Estado de Pernambuco; Museu da Cidade do Recife; Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; Biblioteca Joaquim Cardoso do Centro de Artes e Comunicação/UFPE; Biblioteca da Marinha Pernambucana; Arquivos da Prefeitura da Cidade do Recife; Arquivo da Prefeitura Municipal de Olinda e Secretaria de Planejamento, Cultura e Turismo de Olinda (SEPACTUR).

Os registros e a catalogação das fontes documentais seguiram o modelo de ficha (Anexo A.7). Essa ficha em meio digital permitiu a agilidade e a uniformidade dos registros, já que foi realizada por mais de um pesquisador. As fichas foram organizadas por temáticas e consistem num catálogo impresso das fichas para a consulta interna dos pesquisadores. Grande parte dos registros fichados também incorporou informações da internet, tratando de textos históricos secundários, conferências internacionais sobre cultura e turismo, além das legislações patrimoniais. As informações registradas constam de 80 fichas impressas e em meio digital.

A iconografia recebeu um tratamento diferenciado: identificação e seleção das imagens, fotografia digitalizada e catalogação, conforme a natureza da fonte. Assim, os registros iconográficos foram divididos em mapas, fotografias e litogravuras. Os mapas foram digitalizados e tratados, constando de um total de 34. As fotografias e litogravuras somaram juntas um total de 82. As fotografias atuais foram feitas *in loco*, além da realização de reparos gráficos na base cartográfica atual intitulada UNIBASE. Um catálogo geral das imagens, identificando a instituição, o autor e a referência bibliográfica, foi composto, constando de um acervo digital.

A pesquisa nos acervos documentais e iconográficos da cidade não foram as únicas formas de investigação sobre o istmo. Os relatos orais dos moradores das favelas do istmo e os intelectuais pernambucanos também foram incorporados às fontes, de modo a registrarem-se traços da memória e identidade daquelas pessoas sobre o lugar. Nesse sentido, a investigação direcionou a pesquisa de história oral em dois grupos focais: 1) intelectuais pernambucanos; 2) moradores das favelas assentadas próximas ao istmo - ilha do Maruim e favela dos Milagres. O primeiro grupo focal foi definido por três intelectuais: o arquiteto e historiador José Luiz da Mota Menezes, o jornalista e historiador Leonardo Dantas, conhecedores da história e da cultura pernambucana, além da arqueóloga Ana Nascimento, coordenadora do projeto de escavações arqueológicas no Istmo de Olinda e Recife. O segundo grupo foi formado por três representantes da população, selecionados pelo critério de idade: os moradores mais idosos das favelas da ilha do Maruim e dos Milagres.

As entrevistas foram orientadas pela indução por meio de perguntas e conversas informais, segundo as possibilidades oferecidas por cada grupo focado. No grupo referente aos intelectuais, as perguntas deveriam dar conta das seguintes questões:

- Existe ou não reminiscência dos antigos atributos histórico-culturais do istmo no passado, que ainda podem ser registrados hoje na memória dos intelectuais, dos moradores da ilha do Maruim e da favela dos Milagres, da população das cidades de Olinda e Recife?
- Caso exista (ou não) reminiscência desses atributos do passado, quais são os valores e significados do istmo hoje para os grupos em questão?
- Até que ponto os relatos orais podem nos aproximar dos valores e significados do passado atribuídos ao istmo e refletir como os valores atuais podem remodelar a memória?

A partir dessas questões interrogativas, foram elaboradas 10 que compõem um questionário. Ele foi aplicado, gravados os depoimentos, transcritos e interpretados.

O registro oral do grupo dos moradores das favelas diferenciou-se da técnica empregada com os intelectuais. Evitou-se construir um questionário para não provocar inibição e reações negativas dos entrevistados. Elaborou-se a confecção de uma ficha de identificação com os dados pessoais dos entrevistados, contendo as variáveis: idade, lugar e grupo social. Para o uso do gravador, foi antes indagado ao depoente sobre o consentimento. A gravação dos depoimentos efetivou-se por meio de conversas informais e perguntas sobre o lugar, levando o mesmo a rememorar os fatos por meio de palavras-chaves de apreensão comum ao seu cotidiano: praias Del Chifre, Milagres, caminho de areia, ruína do Forte do Buraco, Marinha, sendo raramente empregada a palavra “istmo”. Os depoimentos orais foram transcritos em base digital, de modo a alimentar a formação de um acervo sobre o Istmo de Olinda e Recife.

• **Pesquisa de leitura da forma urbana**

A leitura da forma urbana seguiu os elementos de sua estrutura urbano-ambiental: estrutura física e estrutura ativa, apresentadas no Anexo A.6. Para tanto, foi adotado como mapa-base o UNIBASE e fotografias atuais. A leitura foi efetivada após a definição da área objeto de estudo, em cinco visitas aos seguintes locais: ao istmo propriamente dito, à ilha do Maruim, ao porto do Recife e à cidade de Olinda, o que permitiu a localização do istmo em relação às cidades de Olinda e do Recife, acessos ao lugar, definição de 7 paisagens ou unidades ambientais e caracterização formal de cada uma dessas paisagens. As visitas foram previamente estruturadas de acordo com cada um dos levantamentos, e as informações a serem colhidas seriam registradas em mapas e fichas de campo.

• **Interpretação das fontes históricas documentais**

Organizadas as fontes documentais, procedeu-se à verificação da consistência das fontes pesquisadas: confronto e interpretação das fontes.

na primeira etapa, que consistiu na verificação da consistência das fontes, os conteúdos escritos, assim como a iconografia, foram avaliados conforme a natureza das fontes. As fontes primárias oficiais, como relatórios de engenheiros, foram analisadas segundo a linguagem técnica empregada, seus critérios de valor e o discurso progressista que permearam os projetos de engenheiros em fins do século XIX e início do XX. Assim, a linguagem, valores e discursos também foram elementos de consistência de análise para os jornais da época, os diários de viagens e guerras, o folclore, poesias, além da legislação de proteção, os quais descreveram o istmo no cerne de seu contexto histórico específico.

A consistência das fontes secundárias foi verificada segundo o conteúdo focado na pesquisa, identificando também algumas incongruências em relação à história do istmo. As fortificações ali construídas durante a ocupação holandesa, por exemplo, são elementos de discussões e informações não comprovadas entre alguns autores. Portanto, as obras que mostravam informações duvidosas foram dispensadas para se prosseguir em direção a uma outra etapa importante, o confronto das diferentes fontes pesquisadas.

O confronto das fontes representou uma das principais etapas da pesquisa, sendo aquele o momento de levantar hipóteses e estabelecer chaves temáticas acerca das inflexões da história e dos sentidos adquiridos pelo istmo ao longo dos séculos. Portanto, um questionamento central surgiu: Quais os possíveis sentidos histórico-

culturais que identificam o lugar e quais as transformações efetivadas com a reforma do porto no início do século XX? Nessa fase, todas as diferentes naturezas das fontes históricas foram contextualizadas e confrontadas a fim de serem verificadas as múltiplas formas de compreensão do lugar, de modo a preparar espaço para a interpretação.

Defesa, caminho, ribeira, porto, ritual são palavras encontradas na documentação. Eram significados – atribuídos pela sociedade urbana de Olinda e Recife –, que se relacionam entre si, possibilitando a compreensão dos sentidos escondidos na narrativa histórica das fontes primárias impressas e das fontes secundárias. Assim, foi possível identificar os sentidos do istmo segundo as seguintes temáticas e recortes temporais que se interpenetram:

- Porto e defesa (séculos XVI-XVIII);
- Caminho e porto (séculos XVIII-XIX);
- Barreira e extensão do porto (séculos XIX-XX);
- Paisagem cultural (metade do século XX).

Além dos “horizontes de sentidos” encontrados nas vozes dos que trataram em textos técnicos, literários e jornalísticos sobre o istmo, foram também identificadas as transformações urbanas ao longo do tempo e os marcos históricos, como os fortes, os arrecifes e as cruzeiras de balizamento náutico, conjugando cartografia e fontes arquivísticas e bibliográficas:

- O caráter natural do istmo-Século XVI
- O istmo e as fortificações: Século XVII
- A expansão da ocupação: Século XVIII
- Ainda uma região de terras estéreis: Século XIX
- Transformações significativas: Século XX

Outras chaves temáticas puderam ser identificadas a partir das fontes. Foram elas: mitos e lendas, celebrações religiosas e profanas e a legislação de proteção. Cabe notar que as paisagens, o istmo visto de Olinda e do Recife e os depoimentos dos moradores e dos intelectuais conforma um quadro significativo de identificação do lugar, sua memória e características singulares. A autenticidade e a integridade do istmo está aferida, embora a legislação de proteção seja frágil para dar conta das pretensões futuras de ocupação da faixa arenosa que guarda os vestígios paisagísticos e culturais de uma ocupação relativa ao século XVI.

• **Elaboração do hipertexto, projeto literário e gráfico geral**

Feita a identificação do bem, constatada a sua autenticidade e integridade, foi dada seqüência ao projeto para a produção do *website*. Para tanto, foram contratados os serviços de comunicação e produção de texto literário. O projeto gráfico e literário do *website* (layout) consistiu na transposição, para uma outra linguagem, do conteúdo realizado para a identificação do patrimônio cultural. Assim, foram realizados ajustes e complementações do texto e da iconografia à linguagem midiática e informacional. A edição do *website* permite abrir canais para que o istmo seja visitado por muitos.

3.2. Apresentação dos principais resultados: Os percursos das procissões, as igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José.

A aplicação dos passos metodológicos estabelecidos foi também realizada para as igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José. Os passos metodológicos aplicados foram: levantamento histórico-documental e levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e urbano-arquitetônico. Estes dois últimos passos foram realizados paralelamente, pois não há dependência de lógica investigativa. Tais pesquisas possibilitaram a definição da autenticidade e da integridade do patrimônio cultural, bem como a construção da narrativa do passado sobre as igrejas, os pátios e as procissões. Os textos produzidos constam do Anexo B.2.

Esse estudo contou com dados e informações produzidos pelo Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI), para o projeto “Divulgação Turística do Pátio de São Pedro dos Clérigos”, financiado pelo Programa MONUMENTA-MINC/UNESCO, cujos produtos foram um *website* e um folder/guia.

• Preparação para a aplicação dos passos metodológicos

A partir do conhecimento preliminar e prévio, foram inicialmente registrados em mapa-base as igrejas e os pátios dos bairros de Santo Antônio e São José ainda existentes, resultando num total de 13 igrejas, quais sejam: Matriz de Santo Antônio, Convento e Basílica de Nossa Senhora do Carmo, Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santo Antônio e Convento da Ordem Terceira de São Francisco, Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Igreja de São Pedro dos Clérigos, Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Igreja do Divino Espírito Santo, Igreja de Nossa Senhora do Terço, Igreja de São José do Ribamar, Igreja de Santa Rita de Cássia.

Dessas edificações religiosas, 7 apresentam-se ligadas a pátios e praças e 2 possuem adros. Os pátios e praças são os seguintes: Praça da Independência da Matriz de Santo Antônio, Praça do Convento e Basílica de N. S. do Carmo, Praça Dezesete da Igreja do Divino Espírito Santo, Pátio da Igreja de N.S. do Livramento, Pátio da Igreja de São Pedro dos Clérigos, Pátio da Igreja de N.S. do Terço e Pátio da Igreja de São José do Ribamar. Os adros são: da Igreja de Santo Antônio e da Igreja da Ordem Terceira de N.S. do Carmo.

Considerando-se que esse conjunto de igrejas e pátios é numeroso, para o tempo e os recursos disponíveis, foram priorizadas as edificações religiosas que possuem pátios e praças e que tiveram maior destaque religioso. E mais, para esse subconjunto foram realizados diferentes níveis de pesquisa. Para o Pátio e a Igreja de São Pedro dos Clérigos, foram realizados a pesquisa histórica e o levantamento urbano-arquitetônico dos bens patrimoniais, acrescidos da pesquisa sobre eventos profanos e religiosos efetivados hoje no pátio. Para a Matriz de Santo Antônio e o Convento e Basílica de N. S. do Carmo, foi realizada a pesquisa histórica. Para a Praça do Convento e Basílica de N. S. do Carmo, a Praça Dezesete da Igreja do Divino Espírito Santo, o Pátio da Igreja de N.S. do Livramento e o Pátio da Igreja de N.S. do Terço, foi realizado apenas o levantamento urbano-arquitetônico.

Outras informações prévias foram os perímetros de tombamento em nível municipal, estadual e nacional desses patrimônios culturais.

• A pesquisa histórica

O levantamento histórico documental seguiu os mesmos procedimentos adotados na pesquisa realizada para o Istmo de Olinda e Recife, embora tenham sido priorizadas as fontes secundárias. O registro em fichas (Anexo A.7) em meio digital foi mantido, embora a organização tenha sido realizada segundo as igrejas e pátios. Fotos, mapas e gravuras foram ordenados segundo as igrejas e datas. Cabe destacar o registro digital de imagens raras contidas em álbuns e coleções encontradas no Museu do Estado de Pernambuco (“Vistas de Pernambuco”, 1870; “Vistas de Pernambuco”, 1900 - 1920; álbum de Clarival do Prado Valladares. Nordeste histórico e monumental; “Coleção Eduardo Prado”) e no arquivo pessoal do irmão Geraldo Santana, assim como o relatório de compromissos entre os anos de 1902-1903 e o ano de 1959, e correspondências entre os anos de 1964 e 1974, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio.

A cada igreja foram identificadas temáticas que para o conjunto algumas se repetiram, enquanto outras se distinguiram. A pesquisa levantou fontes documentais relativas às igrejas, pátios e praças, com foco na história da construção das igrejas, na composição urbanística e nas procissões religiosas dos séculos XVIII e XIX. As informações registradas constam de 52 fichas, com a bibliografia e as informações arquivísticas (relatos de viajantes e memorialistas dos séculos XVIII e XIX, memorialistas do século XX, historiadores, folcloristas, médicos, engenheiros, editoriais e matérias de jornais, correspondência da 5ª SR do IPHAN, etc.), impressas em meio digital. Essas fichas foram complementadas pela iconografia, nos seguintes acervos e com os seguintes quantitativos: atlas cartográficos: 6, do historiador José Luiz Mota Menezes; mapas: 14, do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho; fotos: 83 imagens raras do Museu do Estado de Pernambuco e do acervo particular do irmão Geraldo Santana; 18 da Casa do Carnaval, 41 da 5ª SR do IPHAN, 32 (atuais) da Secretaria de Comunicação da Prefeitura da Cidade do Recife; plantas de imóveis: 41 plantas-baixas, situação, fachadas, cortes e perspectivas da 5ª SR do IPHAN.

Porém, para o Pátio e a Igreja de São Pedro, por terem sido pesquisados com maior aprofundamento foi possível identificar que, na atualidade, eventos culturais de caráter profano, como o carnaval, o pastoril, as quadrilhas juninas e outras manifestações tradicionais populares características de Pernambuco, fazem parte da história do Pátio. Desse modo, tais temas mereceram uma pesquisa complementar em fontes bibliográficas e iconográficas.

O levantamento histórico-documental – arquivístico, bibliográfico e iconográfico das igrejas, dos pátios e das procissões foi realizado nos seguintes acervos e arquivos: Biblioteca Blanche Knopf – Fundação Joaquim Nabuco; Bibliotecas Central, Joaquim Cardoso (Centro de Artes e Comunicação) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE; Biblioteca do Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI); Biblioteca, mapoteca e fototeca da 5ª SR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Arquivo Público Estadual; Empresa de Urbanização do Recife da Prefeitura da Cidade do Recife; Casa do Carnaval; setor de comunicação da Prefeitura da Cidade do Recife; Acervos das Irmandades do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, do Livramento, da Ordem Terceira do Carmo e do Rosário dos Homens Pretos; Acervo pessoal de fotografias do século XX e relato oral do irmão Geraldo Simião de Santana (membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento) colhido na terceira semana do mês de outubro de 2006, e Acervo virtual constante da *internet*.

- **Entrevistas e depoimentos**

Nesta pesquisa foi aplicado o procedimento de história oral apenas no caso do irmão Geraldo Santana. Porém, entrevistas e depoimentos foram realizados com os proprietários e locatários dos imóveis circunscritos ao perímetro de tombamento do Pátio e da Igreja de São Pedro.

No primeiro caso, o critério foram as pessoas idosas que faziam parte de irmandades. O irmão Geraldo Simião de Santana tem aproximadamente 73 anos, é organista e professor do coro da igreja. A estratégia da entrevista usada foi a de não intimidar o narrador, deixando a conversa transcorrer de forma livre, pontuando apenas palavras-chaves como: irmandades, igrejas matrizes e percursos das procissões. Os dados foram registrados na ficha constante do Anexo A.7, com a identificação e captação da narração pessoal do entrevistado.

No segundo caso, as entrevistas foram realizadas de forma livre, sendo registrado por gravador o diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, a partir de três indagações básicas: a vivência no pátio, o que o pátio tem para atrair os turistas e o que o estabelecimento pode oferecer ao turista. Cabe notar que os entrevistados não tinham conhecimento da história do lugar, remetendo-se apenas aos áureos tempos de boemia ocorridos entre os anos 1960 e 1970.

- **Levantamento urbano-arquitetônico**

Além do histórico, foi realizado o levantamento urbano-arquitetônico dos pátios acima citados, tendo sido realizada uma adaptação das fichas de campo constantes do Anexo A.7, passando a conter os seguintes elementos: estilo arquitetônico, uso, tipologia, gabarito, edificação no lote, volumetria, fachada, cobertura, material e revestimentos utilizados, estado de conservação e caracterização de integridade.

As visitas foram previamente estruturadas de acordo com cada um dos pátios, e as informações a serem colhidas foram registradas em mapas e nas fichas de campo, o que resultou em um acervo documental compreendendo: fotografias, fichas de levantamento urbano-arquitetônico, mapa de situação contendo o perímetro levantado, mapa de usos, mapa de gabaritos, mapa de estilo arquitetônico, mapa de caracterização de integridade, relatório da análise morfológica do conjunto dos pátios das igrejas de São Pedro dos Clérigos, N.S. do Divino Espírito Santo, Convento e Basílica do Carmo, N.S. do Terço e N.S. do Livramento.

Esse conjunto documental permite analisar a situação atual, constando de importante elemento para a avaliação da autenticidade e integridade desse patrimônio cultural. Cabe notar que, para essa avaliação, é imprescindível a definição do marco temporal a partir do qual a mesma será feita. Essa avaliação requer, portanto, uma análise comparativa entre a situação do patrimônio hoje e no passado. Mas, qual passado? A pesquisa histórica é fundamental para a adoção do marco temporal. Por exemplo, para a avaliação dos imóveis circunscritos ao Pátio e à Igreja de São Pedro, foi adotada como marco comparativo a restauração realizada em 1969/70, tendo sido verificado por meio de fotos, mapas e plantas que desde então conjunto de imóveis do pátio se manteve bastante íntegro.

Cabe destacar a avaliação da integridade do Pátio de São Pedro, como exemplo demonstrativo do método empregado:

O traçado urbano do conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro pode ser considerado um dos principais elementos invariantes do lugar. Em outras palavras, esse traçado manteve-se relativamente inalterado ao longo dos séculos. A conformação do pátio, a inserção da igreja, o desenho das ruas e a forma das quadras no século da

construção da igreja, o século XVIII, estão muito próximos da configuração atual, tendo havido apenas pequenas transformações ao longo do tempo. Uma das transformações foi registrada em mapa de 1808. Nele, vêem-se novas casas construídas a partir da fachada posterior da Igreja de São Pedro, antes isolada. O pátio à frente da igreja permanece intocado.

Outra mudança no traçado urbano é registrada em mapa do Recife de 1856 (ver Atlas elaborado pelo historiador José Luiz Mota Menezes) e permanece até os dias atuais, podendo ser vista também em mapa do Recife de 1906, mostrado a seguir. A Travessa de São Pedro, em frente ao pátio, tem novo trecho aberto, o que resultou em alteração do desenho de duas quadras. A quadra em frente à igreja ganha um novo lote, e a quadra da lateral direita da igreja perde um lote.

Entre a data do mapa mostrado anteriormente (1906) e os dias atuais, houve mais uma transformação: a quadra na lateral esquerda da Igreja de São Pedro dos Clérigos (na Rua Felipe Camarão) foi alargada, e no ponto do alargamento alguns lotes foram lembrados, sendo, inclusive, os únicos lotes cujas edificações ficaram fora do polígono de tombamento do conjunto.

Apesar das transformações, o espaço do pátio se mantém bastante íntegro. O pátio encontra-se inteiramente livre, com exceção da área em frente à igreja, que teve seu piso elevado, e diferencia-se do restante pelo seu revestimento em tijoleira cerâmica, em oposição ao calçamento em pedra. Esse pequeno espaço é cercado por um gradil de ferro que o isola do restante do pátio, física e visualmente. Não se sabe, exatamente, quando esse espaço foi implantado. Sabe-se que, no mapa de levantamento da cidade feito por Douglas Fox em 1906, ele já está assinalado.

Os lotes também se mantiveram íntegros em sua proporção: estreitos e profundos, possuindo a sua menor face voltada para as ruas, com uma testada que varia de 3,5 a 5 metros em média, e comprimento variando de 17 a 22 metros. De forma geral, pode-se verificar que o traçado urbano se manteve bastante íntegro ao longo dos séculos.

Os edifícios que estão localizados em torno ao Pátio de São Pedro são os que apresentam o melhor estado de conservação no conjunto tombado, apesar de terem sido observadas várias intervenções, como inclusão de óculos, espaços para ar-condicionado, retirada de frisos e adornos da fachada.

O estado de conservação diferenciado dessas edificações ocorreu, dentre outros aspectos, em função das diversas intervenções públicas que aconteceram nesse espaço no século XX e que, apesar dos ciclos de auge e decadência, implementaram melhorias no estado de conservação dos edifícios.

É importante anotar que o IPHAN também teve um papel decisivo na manutenção dos aspectos volumétricos e das características das fachadas dos edifícios que conformam o pátio, ao analisar projetos e restringir as modificações das fachadas. É certo que algumas vezes a proposta do IPHAN, apesar de melhor atender à condição de manutenção da integridade do bem, aprovou uma fachada que destoa do conjunto, como é o caso da casa de número 64. De modo geral, pode-se dizer que as intervenções públicas e o controle do IPHAN impediram descaracterizações mais profundas, verificando-se que o conjunto do pátio se mantém íntegro.

No casario situado na quadra à direita da igreja, pode-se observar que a volumetria do conjunto foi mantida, tendo a maioria das cobertas das casas sua angulação e material similar, com exceção da casa de esquina, que teve o telhado

rebaixado. Também as aberturas de portas e janelas nas fachadas foram mantidas. Percebe-se, contudo, que hoje, no pátio, há grande número de elementos removíveis, como toldos, que causam grande interferência visual no conjunto dessa quadra. Em relação ao conjunto de todo o pátio, pode-se observar que as casas continuam sendo em sua maioria edifícios de duas portas, geminadas dos dois lados. Suas fachadas são em argamassa, com exceção de poucos edifícios em que elas se apresentam revestidas por azulejos, cerâmica e ladrilho.

Outra é a realidade dos edifícios localizados nas ruas das Águas Verdes e Filipe Camarão, onde não houve intervenção pública. A maioria dos edifícios está em mau estado de conservação. Os edifícios considerados descaracterizados foram aqueles que modificaram seu revestimento externo, realizaram abertura ou fechamento de portas e janelas, alteraram fortemente a proporção métrica da fachada ou instalaram painéis que ocultaram e modificaram permanentemente o frontispício. Os casos mais críticos podem ser observados nas proximidades da Rua Tobias Barreto, onde se registra a efetivação de quase todas essas ações.

Tomando como referência as características do casario que conforma o Pátio de São Pedro, pode-se dizer que os edifícios em seu desenho externo e volumetria ainda mantêm bom nível de integridade. Por outro lado, apesar das intervenções evidentemente descaracterizadoras nas ruas das Águas Verdes e Filipe Camarão, não se pode afirmar o nível de integridade desse casario por falta de documentos.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos, por sua vez, manteve-se íntegra externamente. Comparando a foto mais antiga do acervo do IPHAN, a qual data no máximo de 1952, e uma foto atual, percebe-se que houve apenas melhorias no estado de conservação, com exceção da grade metálica na frente da imagem de São Pedro, que foi retirada pelo IPHAN quando executou o restauro na igreja entre 1953 e 1957, por não ser elemento original.

É provável que nos séculos XVIII, XIX e pelo menos até meados do século XX, o pátio fosse local de moradia. Em 1969, contudo, inaugura-se a primeira mudança de uso planejada, na qual a Prefeitura do Recife empreendeu uma restauração no pátio e ali incentivou a implantação de novos usos, buscando atratividades para novos públicos, com apelo à sensibilidade regional e ao turismo.

Na década de 1990, uma nova proposta de mudança de usos é feita. Em documento da Prefeitura da Cidade do Recife, intitulado Projeto de Revitalização do Pátio de São Pedro, encontra-se uma proposição voltada para a dinâmica econômica e cultural do local. Embasados em pesquisa de mercado aplicada pelo SEBRAE, foram definidos usos para o pátio, a partir de um *mix* que incluía 4 tipos de restaurantes, bares, lanchonetes e serviços. Apenas 2 imóveis tinham caráter mais cultural: um antiquário e um destinado a “produto cultural”.

Uma proposta de 1998, semelhante à de 1995, porém ainda mais voltada para estabelecimentos ligados à alimentação, foi encaminhada ao IPHAN para aprovação nesse ano, sendo aprovada com a sugestão de os imóveis com usos relacionados à alimentação priorizassem a comida nordestina. Atualmente, encontra-se em andamento um projeto de Mix Cultural para o Pátio. Esse projeto insere-se no âmbito de um projeto maior, o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda-Núcleo São José. Estão sendo projetados usos para o pátio, voltados para a cultura.

No restante do casario, continuará a destacar-se a presença de pontos de prestação de serviços, como conserto de eletrônicos, costura, restaurantes, bares; alguns pontos comerciais, como vendas de flores artificiais, roupas. Diante do que foi exposto,

verifica-se que no século XX não houve uma constância de usos no casario do perímetro tombado, e esses usos continuam mudando até hoje, não se podendo falar em integridade do ponto de vista dos usos e funções atribuídos ao pátio.

• **Interpretação das fontes históricas documentais**

A interpretação das fontes seguiu os mesmos procedimentos adotados na pesquisa realizada para o Istmo de Olinda e Recife, isto é: verificação da consistência das fontes; confronto, levantamento de hipóteses, estabelecimento de chaves temáticas e interpretação das fontes.

Para o Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos, foram identificadas as seguintes temáticas: a igreja, a irmandade, o pátio, a ocupação do lugar e a Cidade Maurícia, a presença negra nas manifestações religiosas, a reinvenção do pátio e a integridade do pátio. Com exceção do tema “A irmandade”, todos os demais são acompanhados de rica iconografia que não só ilustra os textos como faz parte da construção do conhecimento, conforme consta do Anexo B.1.

Para a Matriz de Santo Antônio e o Convento e Basílica de N. S. do Carmo foram identificadas as seguintes temáticas: a igreja, a irmandade e o pátio.

Entretanto, cabe salientar o tema das procissões, ou melhor, os percursos das procissões, por dificilmente serem descritos em fontes secundárias, mostrando-se em pequenas descrições nos relatos dos viajantes da época. Alguns registros secundários podem ser encontrados em Fernando Pio (1935), Mário Sette (s/d, 1958), Flávio Guerra (1972), Nilo Pereira (1978), Pereira da Costa (1983a-J), Leonardo Dantas (1999, 2000), Gilberto Freyre (1968), Rita de Cássia (1997, 2000), dentre outros. Entretanto, são fragmentos dispersos de algumas procissões, revelando a imprecisão desses escritos.

Os registros das fontes primárias, porém, mostram parte da lacuna existente nas fontes secundárias, como as imagens raras registradas no Museu do Estado de Pernambuco e no arquivo pessoal do irmão Geraldo Santana, além do relatório, compromissos e correspondências da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio e dos relatos de membros de irmandades. Esse conjunto documental permitiu descrever as principais procissões do Recife antigo e atual.

O procedimento adotado para a identificação dos percursos das procissões compreendeu o material escrito, oral e as imagens (fotografias e gravuras) que foram confrontados com a cartografia histórica intitulada “Planta genográfica da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco...”, 1763, em “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial” (REIS, 2000) e com a Unibase de 2000. Esse confronto ajudou a recompor uma das páginas mais fragilizadas da história cultural do Recife. A planta de 1763 mostra as quadras e o sistema viário de maneira extremamente simplificada, indicando setenta elementos da forma urbana suficientes para revelar as condições de crescimento da vila do Recife, durante meados da administração pombalina. O confronto entre as duas cartografias (1763 e 2000) mostrou as permanências e as mudanças de trajetos das procissões e da configuração urbana, conferindo um sentido sagrado à cidade.

As procissões religiosas do Recife podem ser interpretadas como *percursos barrocos* o que demonstra que cidade e cultura são configurações co-pertinentes, inseparáveis. Essa revelação está demonstrada no contexto histórico, quando a forma urbana e as manifestações religiosas se tornaram um fio condutor de longa duração.

Os percursos barrocos no Recife foram assinalados por itinerários religiosos marcantes, que serpenteavam por vias, praças e igrejas da cidade durante os séculos

XVIII e XIX. Mudanças no trajeto das procissões, principalmente a partir do século XX, provocaram rupturas em sua configuração tradicional, interferindo na prática cultural da sociedade pernambucana. Hoje, restam apenas fragmentos da memória religiosa das irmandades a respeito das antigas procissões. Tais demonstrações constam do Anexo B.2.

Os principais edifícios religiosos e as procissões do final do século XVIII até o XIX estão relacionadas abaixo. Os trajetos, identificados em relatos e fontes arquivísticas, bibliográficas e depoimentos orais, foram transpostos para mapas constantes do Anexo B.2:

- Igreja do Rosário da Boa Vista – “Procissão do Bom Jesus da Cruz” – o trajeto identificado corresponde ao ano de 1852 e interligava o Pátio do Carmo com outros pontos importantes da cidade.

- Igreja do Pilar – “Procissão do Encontro” – o trajeto se restringe ao Bairro do Recife, marcando os principais elementos arquitetônicos do lugar, como a visita à Igreja Matriz do Corpo Santo, na Rua da Cadeia.

- Igreja Conceição dos Militares – “Procissão dos Fogaréus” – o trajeto saía à noite de quinta-feira, incluindo a visita às igrejas Matrizes do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, do Corpo Santo, da Madre de Deus, Santa Rita, São Pedro dos Clérigos, Penha e Convento do Carmo, além de importantes largos e pátios.

- Igreja da Ordem Terceira do Carmo – “Procissão do Triunfo” – correspondia a um pequeno percurso, circunscrito basicamente ao Pátio do Carmo, que era um dos pontos nodais mais importantes das passagens das procissões.

- Cortejo dos Reis Negros – “Nação Velha de Cambinda” – existe o registro do trajeto em 10 de fevereiro de 1872, durante o carnaval, saindo da Rua de Santa Rita Velha com destino à Igreja do Rosário, em Santo Antônio, onde ocorriam festejos com fogos e tiros.

Conforme a reunião dos referidos percursos religiosos em mapa, foi possível demonstrar a sintaxe dos elementos arquitetônicos e urbanos, além dos pontos nodais que marcam as perspectivas barrocas, ou seja, a composição do traçado urbano da cidade do Recife durante os séculos XVIII e XIX: Rua Nova e Matriz de Santo Antônio; Rua das Hortas, Pátio e Igreja do Carmo; Rua da Cadeia Velha e Matriz do Corpo Santo. Esses pontos perspectivos, reunidos e projetados nos mapas, resultaram na sintaxe dos principais eixos arquitetônicos e urbanísticos da cidade: na direção oeste: Ponte da Boa Vista; na parte centro-oeste: Rua Nova, Praça da Polé (Independência), Pátio e Igreja de Nossa Senhora Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio, Pátio e Igreja do Livramento de Santo Antônio; leste: Ponte Maurício de Nassau; parte sul: Igreja do Terço de Santo Antônio.

Os percursos das procissões até o fim da terceira década do século XX permaneceram ativos nas manifestações da cultura urbana no Recife frente a pequenas modificações de ordem comemorativa, como a introdução no calendário civil da festa da padroeira do Recife – Nossa Senhora do Carmo. As procissões conservaram seus antigos trajetos registrados na memória dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. São elas:

- Igreja de Nossa Senhora do Livramento - 1ª procissão da Quaresma.
- Igreja do Bom Jesus dos Martírios - 2ª procissão da Quaresma.

- Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Santo Antônio - 3ª procissão da Quaresma.
- Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio - 4ª procissão da Quaresma.
- Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio - “Procissão do Senhor Morto”.
- Igreja de Nossa Senhora do Paraíso – Domingo de Ramos - “Procissão do Bom Jesus das Chagas”.

As procissões que se consolidaram entre as décadas de 1960-1970 e permanecem existindo, tiveram seus percursos reinscritos na cidade, são elas:

- Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Santo Antônio - 3ª procissão da Quaresma – “Procissão do Encerro ou do Bom Jesus dos Passos”.
- Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio – “Procissão do Senhor Morto”,
- Igreja do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio – “Procissão do Santíssimo Sacramento”.

Longe do passado, hoje, algumas igrejas do Recife, no Bairro de Santo Antônio, iniciam o ciclo de suas principais festas e procissões em outubro, até que comece o mês natalino e, posteriormente, a Quaresma. Por essa razão, muitas delas permanecem fechadas durante quase todos os meses anteriores.

• **Elaboração do hipertexto, projeto literário e gráfico geral**

Apenas para o Pátio de São Pedro foi feita a elaboração do hipertexto, bem como a produção de um *website* e de um folder/guia. Depois da identificação do bem, da avaliação de sua autenticidade e integridade, foi dada seqüência ao trabalho de modo similar ao do Istmo de Olinda e Recife, com a produção de um *website*. Neste momento da pesquisa, eles foram incorporados à equipe de pesquisadores especialistas em comunicação, que passaram a conduzir o trabalho, embora as decisões tenham sido acordadas. Nesse sentido, a estrutura do *website* estaria permeada pela história do lugar. Por exemplo, as informações sobre os bares e restaurantes de hoje remetem ao clima e ao contexto de boêmia que teve seu auge nas décadas de 1970 e 1980. Outra definição foi a de incorporar dados da história do lugar e da história da arte em um vídeo que, explorando visualmente todo o conjunto urbano e arquitetônico, funcionasse como um convite para o internauta. Os proprietários, locatários e usuários do pátio que foram entrevistados, comporiam os anfitriões, convidando os visitantes a conhecê-lo. O projeto gráfico e literário do *website* (layout) consistiu na transposição, para uma outra linguagem, do conteúdo realizado para a identificação do patrimônio cultural. Assim, foram realizados ajustes e complementações ao texto e à iconografia, na linguagem midiática e informacional.

4. Avaliação dos resultados obtidos na aplicação dos procedimentos metodológicos

A aplicação dos procedimentos metodológicos de identificação no istmo de Olinda e Recife e nos percursos, igrejas e praças barrocas dos bairros de Santo Antônio e São José, mostraram-se pertinentes e efetivos.

Esses procedimentos ainda foram testados em outros estudos realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada (CECI), tais como:

- Piranhas: proposta de tombamento e plano de gestão, cidade localizada no sertão do Vale do rio São Francisco, no Estado das Alagoas, em parceria com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Esse estudo constou do dossiê de tombamento dessa cidade e seu território.

- Identificação dos bens patrimoniais dos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Olho d'Água do Casado, localizados na região oeste do Baixo São Francisco, Estado das Alagoas. Estudo em parceria com o Projeto Xingó e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Esse estudo também constou do processo de tombamento da Usina hidrelétrica de Angiquinho, localizada no centro geográfico das regiões mais pobres dos Estados da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

O estudo conceitual e metodológico realizado sobre o método histórico, o método de história oral, o planejamento interpretativo, os procedimentos adotados pelas instituições responsáveis pela classificação e tombamento do patrimônio cultural, possibilitaram a criação de arcabouço metodológico que orienta a identificação do patrimônio cultural. Porém, alguns pré-requisitos e cuidados para a correta e proveitosa aplicação dos passos propostos e testados cabem ser explicitados:

- O conhecimento prévio do patrimônio cultural a ser identificado de modo que os ajustes e estratégias de execução do estudo sejam realizados a contento. O método histórico, portanto, deve ser iniciado antes dos demais, mas pode haver situações em que seja mais pertinente iniciar por um dos outros métodos. Tal situação pode ser a de um patrimônio cultural que não possui acervo histórico documental suficiente e consistente. O método de história oral, a leitura da forma urbana e o levantamento paisagístico e urbano-arquitetônico também podem ser adequados ao estudo de cada patrimônio.

- A aplicação de pelo menos três dos quatro procedimentos integrantes da metodologia é necessária para assegurar a consistência da identificação do patrimônio.

- A definição clara e precisa do estudo e do produto a ser realizado, o que significa a determinação do nível de detalhamento, tamanho e perfil da equipe, equipamentos necessários e tempo de execução. Cabe lembrar que essa definição está diretamente ligada aos recursos financeiros destinados.

- O nivelamento e a integração da equipe, dado que os quatro procedimentos precisam ser interagidos para a definição da autenticidade, da integridade e do valor.

A avaliação positiva dos passos metodológicos refere-se apenas à identificação. Não foi possível o teste da autenticação por requerer de um estudo que tenha previsto no teste dos procedimentos metodológicos a integração de outras instituições, conforme está apontado no item 2.5.2. Entretanto, os estudos realizados para a indicação dos procedimentos relativos ao processo de autenticação são válidos e pertinentes, ficando indicada uma proposta que deve ser testada em outra oportunidade.

Outro desafio que fica posto é o da constituição de um modo de arquivamento do dossiê de estudo que cada identificação produz, de modo a permitir consultas sistemáticas e disponibilidade às instituições e ao público interessados em informações sobre o patrimônio cultural.

Cabe ainda salientar que o estudo de identificação e autenticação do patrimônio cultural não só não dispensa como requer também a existência de um sistema de monitoramento e controle da autenticidade e da integridade. A montagem desse sistema fica como outra indicação de estudo a fazer.

A integração do planejamento interpretativo no arcabouço metodológico foi importante para permitir as seguintes inferências:

- A noção de interpretação no âmbito do campo da história é distinta da existente na teoria do planejamento interpretativo. Enquanto em um significa uma representação imagética do pensamento do intérprete, suportada na hermenêutica moderna, por isso que essa representação assume a forma da palavra numa narrativa, para a segunda, conforme está especificado no Anexo A.3, essa noção é, sobretudo, um modo de “sensibilizar” e “informar” o turista e o visitante. A “interpretação” tem, portanto, que atrair e manter a atenção do visitante, tem de fazê-lo entender e reter a informação passada, sensibilizando-o para a conservação do patrimônio cultural.

- O planejamento interpretativo se constitui num modo de produzir comunicação e informação voltadas para o turista. Pode ser considerada como uma técnica de comunicação que, apropriando-se do conteúdo já realizado para a identificação e a autenticação de um patrimônio, decodifica-o na linguagem dos meios de comunicação.

- Os estudos para o planejamento interpretativo não requerem o rigor científico e técnico exigido pelas teorias e práticas do campo disciplinar da conservação integrada. As exigências científicas se reportam aos campos disciplinares da comunicação jornalística, da propaganda e da comunicação visual.

Pode-se dizer que os procedimentos metodológicos estabelecidos dão conta da identificação do patrimônio cultural, devendo ser aperfeiçoados à medida que os estudos sobre o processo de autenticação e o sistema de monitoramento e controle forem sendo desenvolvidos e testados.

Anexos A:

A.1 O estudo conceitual e metodológico do método histórico

A.2 O estudo conceitual e metodológico da história oral

A.3 O estudo conceitual e metodológico do planejamento interpretativo

A.4 O estudo crítico dos procedimentos adotados pelas instituições responsáveis pela classificação e tombamento do patrimônio cultural

A.5 O estudo crítico das Cartas de Turismo

A.6 Esquema de leitura da forma urbana: estruturas e variáveis

A.7 Fichas para o levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e arquitetônico

A.1 O estudo conceitual e metodológico realizado a partir dos métodos histórico

O método histórico é imprescindível para a reconstrução de valores associados à identidade e à preservação da memória e do patrimônio cultural. É um método que permite construir uma narrativa, identificando a identidade esquecida do lugar e da memória coletiva das lendas e contos populares. Assim, as documentações manuscritas, bibliográficas e iconográficas constituem fontes fundamentais para se recompor a identidade, a memória e a transformação física sofrida pelo lugar.

Arendt, ao discutir o conceito de fazer história, afirma “o de fazer algo que possui um início bem como um fim, cujas leis de movimento podem, portanto ser determinadas (por exemplo, como movimento dialético) e cujo conteúdo mais profundo pode ser descoberto (por exemplo, a luta de classes)”. Enfatiza ainda que a investigação da história não deva encobrir as diferenças e desconsiderar as subjetividades. Esses entendimentos convergem para Foucault (1987), ao dizer que o fazer história significa mais do que manejo, encadeamento e relato de dados, arquivos ou documentos referentes a um período, um objeto e um lugar, formando uma encenação do passado, constitui-se, também, numa interpretação ou fabricação de um argumento ligado a uma realidade, restaurando um esquecimento mediante uma operação científica, na qual o recorte e o limite, as rupturas e as permanências são, ao mesmo tempo, instrumento metodológico e objeto de pesquisa.

Desse modo, a interpretação histórica quer dizer construir um sentido para os eventos do passado. Cada vez mais a historiografia busca desgarrar-se do paradigma da objetividade e aproximar-se da compreensão dos “horizontes de sentido” inerentes à experiência humana no tempo e no espaço. A interpretação da documentação histórica, hoje, passa necessariamente pela “compreensão” que difere da explicação ou da análise do próprio fato em si. Partindo desse entendimento, a interpretação dos significados não se limita às práticas sociais envolvidas por representações no tempo, mas à própria constituição de imagens mentais como realidade construída em um determinado contexto social.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1992.
- ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1989.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Forense-Universitária. 1987.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1993.
- -----, *História e memória*. 4ª ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1996.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 3ª ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1995.

A.2 O estudo conceitual e metodológico da história oral

A história oral tem suas afinidades com os fundamentos teóricos da psico-história de Fèbvre (nova história), que acreditava haver o que aprender com o encontro do homem enquanto indivíduo, ante o “universo mental”. A psicologia como conhecimento científico mental passava a interagir com os novos conceitos construídos pela nova história, os quais auxiliavam no estudo tanto de personalidades quanto de culturas. O apelo à interdisciplinaridade ganhava fôlego nas primeiras décadas do século XX. O cotidiano e as “ações desinteressadas” eram valorizados com Fèbvre, Bakhtine e outros.

Le Goff, considerado o grande sistematizador da nova história, viria a reforçar os caminhos da nova abordagem, somando-se a ela o uso da iconografia, estatística, arqueologia e, finalmente, os *relatos orais* tão desprezados pela historiografia tradicional. A “revolução documental” estava anunciada, e qualquer objeto poderia representar um novo documento (Bairon, 2002). Por meio de novos conceitos anunciados por Le Goff, a memória tornava-se um dado mensurável, um registro objetivo e, ao mesmo tempo, carregada de subjetividade na interpretação sobre o passado e sua relação com o presente. É nesta relação passado/presente que a história oral estabelece suas bases e amadurece seus procedimentos metodológicos.

A partir de então, a coleta e a análise de entrevistas passam a ser as principais ferramentas da história oral para investigar as questões específicas da memória. Essa representa “sempre uma construção e depende de uma seleção dos acontecimentos do passado e da criação de significados em função do contexto do presente” (Fernandes, 1997). Halbwachs (1990) já afirmava que a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados por empréstimo ao presente.

Assim, nos depoimentos orais torna-se possível identificar valores e significados atribuídos ao objeto, os quais marcaram a memória dos indivíduos no passado como também no presente. Por essa razão, as fontes orais precisam ser problematizadas a partir de *valores e significações que estruturam as narrativas, os temas debatidos e as histórias de vida*, pois são representações ressignificadas no transcorrer do diálogo presente/passado. Essas representações emergem a partir de um conjunto de lembranças selecionadas ao longo do tempo, as quais se tornaram significativas em um contexto mais amplo da vida do depoente (Fernandes, 1997). Cabe ao historiador coletar essas lembranças como memórias recortadas e reorganizadas.

Entretanto, “a pesquisa oral não deve ser entendida como um depositário passivo de fatos”, como alega Fernandes (1997), até porque as recordações não podem ser confundidas com fatos do passado. É apropriado, talvez, recordar o conceito de Paul Veyne de que “a história é uma narrativa de eventos”. O evento não pode ser conhecido *a priori*, portanto, a história é filha da memória e essa é um processo ativo de criação de significações, tendo a fonte oral como instrumento para a percepção das *mudanças forçadas* pela mesma. Essas mudanças mostram o esforço dos narradores na busca de dar sentido ao passado e dar forma às suas vidas, revelando entrevista e narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997).

Os depoimentos orais sempre extrapolam o tema pesquisado, mesmo que o pesquisador induza o entrevistado no sentido de orientar as questões. Isso acontece porque a memória, por ser *associativa e relacional*, faz com que surjam lembranças variadas, de contextos amplos, ambientes e espaços, objetos, sentimentos e acontecimentos associados ao tema central (Fernandes, 1997). De um modo amplo,

essas recordações diversas fazem parte de um conjunto de valores e sentidos individuais e coletivos.

Os valores e sentidos individuais e coletivos podem ser analisados sob categorias de memórias: memória individual, que consiste naquela guardada por um indivíduo e que se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém aspectos da memória do grupo social em que ele se formou; memória coletiva, que é formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla (ela geralmente se expressa por meio daquilo que é chamado de “lugares de memória”: monumentos, hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas); memórias subterrâneas ou marginais, que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Os pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas (memórias) possam emergir. Segundo Pierre Nora (1993), essas categorias da memória se enraízam no concreto, no espaço, na imagem, no objeto.

Referências bibliográficas

- BAIRON, Sérgio. *Interdisciplinaridade: educação, história da cultura e hipermídia*, São Paulo: Editora Futura, 2002.
- BAKHTINE, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1985.
- FERNANDES, A. T. de C. *Memórias de ofícios: história dos artesãos em São Paulo*. 1997. 221p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jaques, e ots. *A nova história oral*, Lisboa: Edições 70, 1983.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Projeto História: História e Cultura). São Paulo, n.10, dez.1993.
- PRINS, Gwin. *História Oral*. In: BURK, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo : Editora UNESP, 1992, p.192.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Projeto História: Cultura e Representação) São Paulo, n. 14, fev.1997, p. 25-39.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3ª ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1995.

A.3 O estudo conceitual e metodológico do planejamento interpretativo

O planejamento interpretativo vem sendo utilizado na Europa e nos Estados Unidos para gerenciar e promover o patrimônio cultural como recurso educacional e de desenvolvimento turístico. No Brasil, é uma prática que está sendo divulgada desde meados dos anos de 1990. A sua disseminação como referencial aplicativo para a elaboração de trabalhos técnicos tem sido garantida por possibilitar interfaces entre o turismo e a preservação do patrimônio, na perspectiva de harmonizar as necessidades da comunidade, dos visitantes, do meio ambiente, do patrimônio histórico e da própria atividade turística.

Segundo Goodey e Murta, interpretar é “o processo de acrescentar valor à experiência do visitante por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”. Em outras palavras, segundo Miranda (199..., p. 95) é “a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural ou histórico, ao público que visita esses lugares em seu tempo livre.” Ou ainda, segundo Doia Freire e Lígia Leite Pereira (p.128), é uma forma de democratização do conhecimento sobre o passado, ampliando o acesso aos bens culturais e aos testemunhos da história. Esses autores mostram uma perspectiva muito favorável à aplicação do planejamento interpretativo às áreas históricas.

Para tanto, Murta e Goodey indicam ser necessário focalizar os sentidos do visitante; provocá-lo, estimulando sua curiosidade; ser acessível a um público amplo; iniciar a interpretação em parceria com a comunidade; adotar uma abordagem abrangente, conectando temas do passado com o presente e o futuro, realçando dimensões socioeconômicas, históricas, ecológicas e arquitetônicas, e não tentar vender uma verdade universal. Jorge Morales Miranda (199..., p. 96) acrescenta, dentre outras, a importância de se relacionar a “interpretação” com a vida cotidiana do visitante para que a comunicação seja efetiva, além de revelar a essência do significado do lugar. Ainda, enfatiza Miranda, uma boa “interpretação” tem de atrair e manter a atenção do visitante, tem de fazê-lo entender e reter a informação passada e, acima de tudo, tem de provocar nele uma atitude positiva, uma mudança permanente de comportamento, situando-se neste último aspecto o potencial preservacionista da “interpretação”. A “interpretação” não é, então, apenas “informar”, mas, sobretudo “sensibilizar” o visitante, mudando suas atitudes.

Aplin afirma que a interpretação inclui qualquer forma de apresentação de materiais factuais, assim como seus significados, podendo ser realizada no local ou fora dele. Destaca os diversos meios de produzir a interpretação de um lugar, explicando, por exemplo: guias, sinais, materiais impressos e material audiovisual. Especificamente sobre o *web site*, o autor afirma que esse é um importante meio externo ao sítio para expor informações interpretativas. *Web sites* podem oferecer versões em diversas línguas, e os melhores devem permitir que os visitantes naveguem à sua própria maneira, no momento e seqüência que escolherem. Cabe notar que, para esse autor, a interpretação é inexoravelmente conectada com a promoção, propaganda e *marketing*.

Assim, o patrimônio ganha significados mediante de uma interpretação feita a partir desses materiais. Profissionais do patrimônio têm seu próprio conhecimento e experiências, como também têm suas limitações, e isso é um ponto crucial a ser levantado sobre aqueles que fazem a interpretação.

Aplin divide os profissionais envolvidos com a interpretação em três grupos distintos: aqueles responsáveis pela política e escolhas sobre o conteúdo e sua

orientação em um nível mais geral (a mensagem); aqueles responsáveis por detalhar o conteúdo; e aqueles que determinam as formas como o material deve ser apresentado.

A maior parte da interpretação do patrimônio é feita por profissionais que, na maioria das vezes, pertencem a um mesmo grupo social. Para que a interpretação não seja feita para um único grupo social, deve-se procurar torná-la acessível e significativa para outros.

O autor define ainda alguns princípios que devem nortear o trabalho de interpretação: investigar o assunto e empenhar-se em tratá-lo com exatidão; investigar qual será o público para disso resultar a interpretação; buscar o equilíbrio entre brevidade e detalhamento do conteúdo; entreter e educar; respeitar o contexto para o qual a interpretação será feita.

Tais discursos entusiastas, entretanto, não indicam como identificar um patrimônio cultural, muito menos como estabelecer critérios que relacionem uma valoração. Desse modo, o planejamento interpretativo se constitui em um modo de produzir comunicação e informação voltadas para o turista, muito mais do que procedimentos científicos que confirmam uma identificação aos atributos do patrimônio e uma autenticação de sua integridade. Pode ser considerado como uma técnica de comunicação que, apropriando-se do conteúdo já realizado para a identificação e autenticação de um patrimônio, decodifica-o na linguagem dos meios de comunicação.

Referências bibliográficas

APLIN, Graeme. *Heritage: identification, conservation and management*. Oxford University Press, 2002.

FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. *História Oral, Memória e Turismo Cultural*. In Revista do Patrimônio.

GOODEY, Brian; MURTA, Stela Maris. *Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasília, 2002.

GOODEY, Brian. *Interpretação e comunidade local*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasília, 2002.

GOODEY, Brian. *Olhar Múltiplo na Interpretação de Lugares*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasília, 2002.

MIRANDA, Jorge Morales. *O Processo de Comunicação na Interpretação*. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio*. Um Exercício do Olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasília, 2002.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio. Um Exercício do Olhar*. Belo Horizonte, Editora UFMG / Território Brasília, 2002.

A.4 O estudo crítico dos procedimentos adotados pelas instituições responsáveis pela classificação e tombamento do patrimônio cultural

Observa-se que os procedimentos atuais de identificação do patrimônio cultural realizados pelas instituições responsáveis de salvaguarda, tanto na instância nacional como na internacional, são fortemente condicionados por iniciativas individuais e julgamentos subjetivos de técnicos e pelas conjunturas políticas e econômicas dos países onde os patrimônios se encontram.

A Convenção do Patrimônio Mundial elaborada pela UNESCO (1972) estabelece que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é determinada pela sua representatividade expressa por meio de um “valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”.

Essa Convenção do Patrimônio Mundial teve como objetivo estabelecer um sistema efetivo de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural universal. Para tanto, foi definida uma série de critérios para a seleção e inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial.

Para os bens culturais, foram definidos os seguintes critérios:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
- vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (O Comitê considera que esse critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais.)

Além desses critérios, é igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual está protegido e administrado. Nas palavras de Aplin (2002), os patrimônios culturais têm de satisfazer um teste de autenticidade, sendo que as reconstruções só são aceitas em circunstâncias excepcionais. Além da questão da autenticidade, Aplin (2002) afirma que todos os sítios, naturais e culturais, devem ter uma proteção legal e planos de gestão. Além disso, não basta que tais sítios tenham integridade, mas que tenham potencial para manter tal integridade.

Para os bens naturais, devem ser atendidos os seguintes critérios:

i. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou

ii. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou

iii. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou

iv. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Além dos critérios de seleção, ainda foram definidos pela UNESCO procedimentos para a inclusão de um bem na Lista, isto é, como cada país deve proceder para incluir seus bens na Lista do Patrimônio Mundial. O Estado-Parte prepara uma lista tentativa de propriedades culturais e naturais em seu território, que considera possuírem um "excepcional valor universal"; seleciona as propriedades para sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial e encaminha a lista para o Centro do Patrimônio Mundial, que verifica se a solicitação de inclusão está completa. Após tal verificação, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e/ou a União Mundial para a Natureza (IUCN) enviam especialistas para visitar os sítios, avaliar a sua proteção e gerenciamento e elaborar um parecer técnico com a avaliação sobre o patrimônio, afirmando ou negando ele ser possuidor de "excepcional valor universal". Em seguida, o parecer é repassado para o Bureau do Patrimônio Mundial, que examina a avaliação e atesta ou nega a recomendação para a inscrição (podendo ainda solicitar informações adicionais para o Estado-Parte). Esse Bureau (pequeno órgão executivo composto por 7 membros) prepara o processo a ser encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial (constituído por 21 representantes dos Estados-Parte da Convenção), que toma a decisão final de efetivar, adiar ou negar a inscrição do patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial.

Como foi visto, nos procedimentos está estabelecido que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é determinada pela sua representatividade expressa por meio de um "excepcional valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência". Choay (2001) critica a pouca precisão da noção prevista nessa Convenção e nos Procedimentos e afirma que "o valor excepcional é um critério vago, difícil de aplicar". Definir critérios como "representar uma obra notável do gênio criativo humano" ou "obras artísticas ou literárias de excepcional valor universal" são noções bastante evasivas. Opinião semelhante manifesta Aplin (2002) sobre esses critérios e procedimentos da UNESCO, ao afirmar que as definições dadas são excessivamente prolixas ou verborágicas.

No caso do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instituição responsável pelo tombamento no nível federal, não há regras claras que normalizem os procedimentos de identificação patrimonial. Um estudo relativo a essa questão só pode ser feito tomando como base os dossiês de tombamento. A consulta a alguns desses dossiês revela que não há critérios claros, objetivos e científicos, sendo a seleção do patrimônio nacional fortemente condicionada pelas iniciativas individuais e julgamentos subjetivos dos técnicos.

À mesma constatação se chega ao analisar os critérios adotados pela Fundação de Cultura do Estado de Pernambuco (Fundarpe) para o tombamento no nível estadual. De forma geral, nesses critérios não se faz referência a conceitos como memória, imaginário urbano, representações, significado, o que demonstra uma falta de articulação do dado empírico (o bem a ser tombado) com conceitos e noções que se relacionem com o patrimônio. Pela análise de diferentes processos de tombamento dessa instituição, percebe-se claramente a ausência de uma metodologia de leitura e apreensão desses bens, ficando os julgamentos condicionados também à opinião particular de cada técnico.

O processo de identificação e autenticação patrimonial é algo complexo e que não se pode limitar a uma visão unilateral por parte das instituições de proteção, já que, envolve valores estéticos, históricos, científicos, sociais, espirituais (Carta de Burra, 1999) e tantos outros quanto cada sociedade na sua vivência cotidiana a ele atribuir. É fundamental, ao tratar o patrimônio, envolver não só as visões da histórica, dos teóricos, das instituições de salvaguarda, mas também a visão da comunidade.

Cabe tratar ainda da Conferência de Nara, realizada em 1994 e organizada pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS. Essa Conferência teve como objetivo principal debater as experiências de conservação e definir caminhos e meios para o entendimento sobre a autenticidade do patrimônio cultural.

O documento de Nara sobre a autenticidade partiu das idéias contidas na Carta de Veneza (1964), ao efetivar o alargamento do conceito de patrimônio cultural na contemporaneidade. Ao centrar-se no debate sobre a autenticidade patrimonial, destacou ser necessário "colocar em prática o teste de autenticidade, através de caminhos que demonstrem a concordância com o pleno respeito aos valores sociais e culturais de todas as sociedades, examinando o valor extrínseco universal atribuído aos bens culturais listados pelo Patrimônio Mundial". Segundo essa carta, a principal contribuição fornecida pela autenticidade é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade.

A Carta analisa, ainda, a profunda relação entre patrimônio e valor, afirmando que a aceitação dos valores conferidos ao patrimônio "depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito desses bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade".

Como foi visto, na Carta é ressaltada a importância do levantamento para se conferir a autenticidade do bem. Essas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, bem como outros fatores internos e externos.

A Carta defende igualmente a impossibilidade de serem aplicados critérios fixos para o reconhecimento da autenticidade patrimonial: "Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para a cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam."

Pode-se concluir que os procedimentos metodológicos adotados carecem de melhor precisão e objetividade, seja na identificação, seja no estabelecimento da autenticidade e valor(es) de um patrimônio cultural.

A.5 O estudo crítico das Cartas de Turismo

De acordo com a Carta do Turismo Cultural (1976), “o turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível; sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade”.

Por turismo cultural, essa carta define como sendo “aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”. E, prossegue afirmando que o turismo cultural exerce um efeito positivo sobre esses lugares porque, ao passo que satisfaz os fins da própria atividade turística, contribui para a sua manutenção e proteção, e ainda deve trazer benefícios socioeconômicos para a população envolvida.

A Carta Internacional do Turismo Cultural (1999) representa uma ampliação e aprofundamento das questões trazidas na anterior, apesar de em ambas estar ressaltado que as ações turísticas voltadas para o patrimônio cultural devem ter como princípio o respeito e a proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais.

Um dos pontos contidos na segunda carta relaciona-se com a ampliação do próprio conceito de patrimônio. Enquanto na primeira se faz referência apenas aos monumentos e sítios, na segunda carta o conceito de patrimônio já engloba a dimensão imaterial.

Como na primeira carta, o turismo cultural é visto como uma forma serem realçadas as características econômicas do patrimônio, e torná-las uma fonte de geração de recursos, de educação da comunidade e de influência política.

Outro ponto a ser destacado na carta de 1999 se relaciona com a importância da introdução do planejamento interpretativo nas práticas urbanísticas voltadas para os sítios históricos. Sobre o assunto a carta dispõe:

“Aspectos específicos do patrimônio natural e cultural possuem diferentes níveis de significados; alguns possuem valor universal, outros nacional, regional ou local. Programas de interpretação devem tratar esses significados de uma maneira relevante e acessível para a comunidade local e para os visitantes, com formas estimulantes e contemporâneas de educação, de mídia, tecnologia e informações históricas, culturais e da paisagem.”

Essa segunda carta define ainda alguns princípios e recomendações que objetivam orientar a implantação de programas e de infra- estrutura turística:

- A autenticidade dos lugares patrimoniais é um elemento essencial para o seu significado cultural, e isso está expresso nos materiais construtivos, na memória das pessoas e nas tradições intangíveis mantidas do passado. Os programas devem apresentar e interpretar a autenticidade dos lugares e as experiências culturais com vista a aumentar a apreciação e o entendimento do patrimônio cultural;
- Projetos e infra- estruturas turísticas devem levar em consideração os aspectos estéticos, sociais e culturais da paisagem natural e cultural. Deve ser dada preferência ao uso de materiais e técnicas locais ou tradições vernaculares;
- Os projetos turísticos devem estabelecer limites apropriados em relação ao impacto do número de visitantes, aos meios de transportes utilizados e aos acessos nas características físicas e naturais do sítio;

- Os programas de turismo devem incentivar a participação da comunidade na interpretação do lugar, como intérpretes e guias, para a apresentação de suas culturas.

Cabe então enfatizar a convergência do turismo e do planejamento interpretativo, ambos calçados num modo de comunicar e criar uma informação que seja do interesse e de apropriação do turista.

A.6 Esquema de leitura da forma urbana: estruturas e variáveis

• Estrutura física

1. Localização da área de estudo na região e no município: mostrar a forma de inserção das áreas de estudo no município e suas ligações com as grandes infra-estruturas regionais

1. Descrição da estrutura físico-espacial da área e compartimentação em unidades ambientais territoriais:

1.1. Estrutura geofísica, hidrográfica e vegetal

1.2. Morros, planícies e alagados

1.3. Rios, córregos e canais

2. Mancha urbana: área urbana, área rural e vazios urbanos

3. Estrutura de ocupação do solo urbano

3.1. Malha urbana

3.2. Divisão em macroparcelas (quadras)

3.3. Divisão em lotes

3.4. Tipologias construtivas presentes na área. Exemplos: favela precária, favela em consolidação, residencial unifamiliar com até 2 pavimentos isolada no lote; residencial unifamiliar com até 2 pavimentos colada em, pelo menos, um limite do lote; residencial multifamiliar de até 4 pisos; residencial multifamiliar de até de mais de 10 pisos; residencial multifamiliar de mais de 10 pisos; unidade de conjunto habitacional; misto comercial/residencial, até 4 pisos, faceando a fachada do lote; conjunto comercial; comercial de mais de 4 pisos; industrial e galpões e especiais (escolas, igrejas, hospitais, quartéis, etc.)

3.5. Identificar *padrões de ocupação física* da área – **síntese**, em planta das análises 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 acima, buscar a preponderância dos elementos morfológicos (tipologia, lotes ou quadras)

4. Identificar marcos construídos e edificações referenciais (visuais, culturais e históricas)

5. Estrutura de espaços públicos

5.1. Identificação de espaços livres: parques, praças, largos e áreas de uso público

5.2. Identificação e caracterização dos tipos de espaços públicos lineares (exemplificar com desenhos)

5.3. Identificação e caracterização dos tipos espaços públicos não-lineares (exemplificar com desenhos)

5.4. Estado de conservação dos espaços públicos (bom, regular, ruim)

6. Vistas e perspectivas importantes (paisagem urbana) (fotos e desenhos) do ponto de vista do pedestre

• **Estrutura ativa**

7. Identificação dos usos predominantes por zonas: lazer-diversão, residencial, comércio e serviços (incluindo serviços públicos), industrial e rural

8. Realização de uma estimativa da população residente na área estudada (determinação por meio do somatório das estimativas do número de unidades, em cada tipologia residencial, multiplicado por 4 pessoas)

9. Classificação do sistema viário urbano

9.1. sistema viário principal (ligação da área com a região de seu entorno)

9.2. sistema viário secundário (ligação interna da área)

9.3. sistema viário terciário (distribuição local)

10. Identificação dos esquemas de circulação viária mais importantes (transportes de passageiros, cargas e veículos individuais)

11. Situação das infra-estruturas: esgoto, abastecimento d'água, drenagem, coleta de lixo, energia elétrica, telefonia e transporte público

12. Identificação, caracterização e localização dos principais projetos de intervenção existentes

• **Síntese das transformações**

13. Uma caracterização da dinâmica da ocupação urbana da área, isto é, uma descrição do processo de transformação (no tempo) da estrutura urbana (física e ativa), indicando as possíveis tendências do mesmo

14. Uma caracterização da imagem da área

Descrever os potenciais, limites e tendências da estrutura urbana.

A.7 Fichas para o levantamento dos bens patrimoniais: paisagístico e arquitetônico
(páginas seguintes)

LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS DE ÁGUA BRANCA,
DELMIRO GOUVEIA E OLHO D'ÁGUA DO CASADO – ALAGOAS



FICHA N° _____

PESQUISADOR: _____
DATA: _____
CIDADE: _____

BEM PATRIMONIAL:
LOCALIZAÇÃO:
DATA PROVÁVEL DE CONSTRUÇÃO:

A

COMPONENTES CONSTRUÍDOS

TIPOLOGIA (Field):

Estilo Arquitetônico

| | |
|--------------------------|---|
| Vernacular Tradicional | 1 |
| Moderno | 2 |
| Neoclássico | 3 |
| Vernacular Contemporâneo | 4 |
| Outros | 5 |

Uso

| | |
|------------------|---|
| Residencial | 1 |
| Comercial | 2 |
| Industrial | 3 |
| Institucional | 4 |
| Misto | 5 |
| Religioso | 6 |
| Depósito/Garagem | 7 |
| Desocupado | 8 |
| Outros | 9 |

Tipologia

| | |
|------------------------------------|---|
| Sobrado 1 ou 2 pavimentos | 1 |
| Construção meia morada (1p+ 2j) | 2 |
| Construção morada inteira (1p+ 3j) | 3 |
| Construção porta e janela (1p+ 1j) | 4 |
| Outros | 5 |

Gabarito 1, 2, 3, 4, 5

| | |
|------------|---|
| Térreo | 1 |
| Porão | 2 |
| Porão alto | 3 |
| Mezanino | 4 |

| | |
|--------------|----|
| Sótão | 5 |
| Água furçada | 6 |
| Mirante | 7 |
| 1 andar | 8 |
| 2 andares | 9 |
| Outros | 10 |

Edificação no Lote

| | |
|-------------------------------|---|
| Edificação com afastamentos | 1 |
| Edificação isolada no lote | 2 |
| Edificação geminada (1 lado) | 3 |
| Edificação geminada (2 lados) | 4 |
| Outros | 5 |

Volumetria

| | |
|------------------------|---|
| Integra-se ao conjunto | 1 |
| Destoa do conjunto | 2 |

Fachada Principal, Fachada Fundos, Paredes Internas, Paredes Laterais_D, Paredes Laterais_E

| | |
|------------------------------|---|
| Alvenaria (tijolo batido) | 1 |
| Alvenaria (tijolo furado) | 2 |
| Alvenaria (pedra) | 3 |
| Alvenaria (bloco de cimento) | 4 |
| Alvenaria (mista) | 5 |
| Madeira | 6 |
| Adobe | 7 |
| Taipa | 8 |
| Outros | 9 |

Forma Coberta

| | |
|------------------------------|---|
| Cumeeira paralela à rua | 1 |
| Cumeeira perpendicular à rua | 2 |
| Laje plana | 3 |
| Laje inclinada | 4 |
| Outros | 5 |

Materiais/ Coberta

| | |
|------------------|---|
| Destruição total | 1 |
| Canal | 2 |
| Francesa | 3 |
| Fibrocimento | 4 |
| Vidro | 5 |
| Metal | 6 |
| Plástico/fibra | 7 |
| Laje | 8 |
| Outros | 9 |

Revestimento Fachada

| | |
|----------------|---|
| Não tem | 1 |
| Argamassa | 2 |
| Cantaria | 3 |
| Azulejo antigo | 4 |
| Azulejo novo | 5 |
| Madeira | 6 |
| Metal | 7 |
| Vidro | 8 |
| Outros | 9 |
| Outros | 7 |

B ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Field)

| | |
|-------------------------------|---|
| Preservado | 1 |
| Parcialmente preservado | 2 |
| Descaracterizado | 3 |
| Parcialmente descaracterizado | 4 |
| Em ruínas | 5 |

C PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO

D VALOR

Artístico (Obra representativa de uma época ou corrente artística)

Histórico (Obra que representa um período histórico)

Comemorativo/ Monumento (Obra que marca um episódio, feito, época, etc., de caráter comemorativo)

E OBSERVAÇÕES



LEVANTAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS DE ÁGUA BRANCA, DELMIRO
GOUVEIA E OLHO D'ÁGUA DO CASADO - AL

FICHA N° _____

PESQUISADOR: _____

DATA: _____

CIDADE: _____

BEM PATRIMONIAL:

LOCALIZAÇÃO:

A COMPONENTES NATURAIS

Topografia

Vegetação

Corpos d'água

Clima

B COMPONENTES CONSTRUÍDOS

CONJUNTO:

Malha

Quadras e Lotes

Ruas

C MORFOLOGIA DA PAISAGEM

Volumetria: Combinação de formas

Flexibilidade/ Permeabilidade

Dominância/ Ponto focal

Relação Escala/ Proporção

Continuidade/ Associatividade

Singularidade/ Peculiaridade

Diversidade

Linearidade

Espacialidade/ Amplitude

Relação de cheios e vazios

Colorido

Barreiras visuais

Apropriação/ Uso

Articulação/ Ritmo

D VISUAIS/ MIRANTES

E UNIDADES DE PAISAGEM/ Formas Associadas - Unidades de Vizinhança - Bairro.

F LINHAS DE FORÇA DA PAISAGEM/ Unidades de Vizinhança - Bairro - Cidade .

G ESTADO DE CONSERVAÇÃO (Field)

| | |
|-------------------------------|---|
| Preservado | 1 |
| Parcialmente preservado | 2 |
| Descaracterizado | 3 |
| Parcialmente descaracterizado | 4 |
| Em ruínas | 5 |

H PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO

I VALOR

Artístico (Obra representativa de uma época ou corrente artística)

Histórico (Obra que representa um período histórico)

Comemorativo/ Monumento (Obra que marca um episódio, feito, época, etc., de caráter comemorativo)

Paisagístico (Obra relevante para a compreensão de uma paisagem cultura)

J OBSERVAÇÕES
